

**ANTROPONÍMIA MUNICIPAL ALAGOANA:
UM ESTUDO ONOMÁSTICO DE NOMES DE CIDADES
DO ESTADO DE ALAGOAS¹¹**

Pedro Antonio Gomes de Melo (UNEAL)
petrus2007@ibest.com.br

RESUMO

Este artigo se propõe fazer uma reflexão sobre os nomes próprios individuais designativos de cidades do estado de Alagoas, à luz dos estudos onomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos - topônimos relativos aos nomes próprios de pessoa - e axiotopônimos - topônimos relativos aos títulos que acompanham nomes próprios de pessoa – registrados na toponímia municipal alagoana. As análises revelaram que nesse léxico toponímico, há uma preferência do nomeador para eleição dos antropotopônimos, em detrimento dos axiotopônimos no ato de nomear cidades em Alagoas. E ainda, que os topônimos não são usados apenas com a função identificadora como elementos de referência espacial, mas sobretudo como elemento pragmático de organização social e espacial de demarcação de grupos dominantes e, geralmente dirigentes, de uma dada região do estado na tentativa de cristalização semântica de um poder político-econômico local materializado no léxico por meio do signo toponímico.

Palavras-chaves: Léxico. Onomástica. Antropotopônimo. Axiotopônimo.

1. Consideração iniciais

Partindo da dimensão sociocultural que atribui à linguagem os aspectos variáveis que ela apresenta no tempo e no espaço, é possível per-

¹¹ Este trabalho foi elaborado a partir do roteiro da apresentação a ser realizada na sessão de Grupos Temáticos do XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia da Universidade Estácio de Sá – campus Nova América do dia 25 ao dia 29 de agosto de 2014. Em formato de artigo, serão aqui discutidos os mesmos aspectos analisados na apresentação oral realizada na SALA 3 – Grupo 03 de comunicações do dia 26, sobre o tema “Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica”, sob a coordenação de Pedro Antonio Gomes de Melo no referido congresso.

cebermos como os falantes, ao longo dos anos, se valem da língua para representar a realidade exterior e expressar valores partilhados sócio e historicamente nas designações de acidentes físicos e humanos. Assim sendo, a prática de nomear lugares – atividade eminentemente humana – evidencia os efeitos da sociedade sobre o linguístico e a maneira pela qual o mundo social nele se apresenta, sobretudo em seu léxico, refletindo e refratando o modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia.

Na contemporaneidade, as pesquisas toponímicas revelam ser muito mais que uma área de investigação que trata, apenas da questão de nomear lugares do ponto de vista linguístico, essas investigações exercem vínculos com crenças, com costumes, com ideologias, com etnias, com as denominações das sociedades de todos os tempos, com a cultura de cada lugar e influências internas e externas que as localidades sofrem e/ou exercem sobre os nomeadores.

Nesse sentido, nosso foco é refletir sobre a relação simbólica entre língua e cultura presente em nomes próprios individuais designativos de cidades do estado de Alagoas, à luz dos estudos onomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos – topônimos relativos aos nomes próprios de pessoa, sobrenomes, prenomes ou apelidos de família – e axiotopônimos – topônimos relativos aos títulos que acompanham estes nomes próprios.

Falar sobre estes designativos é retratar a história sociocultural da constituição do léxico onomástico-toponímico municipal alagoano, na medida em que revelam características ideológicas, fatos políticos, culturais e históricos, como também, mostrar os fundamentos do nome próprio em nossa civilização.

Segundo Seabra (2006, p. 7):

Datam da antiguidade as primeiras reflexões sobre a natureza do nome. Apesar desta constatação, o estudo do nome ou do léxico é sempre um tema atual, de grande multiplicidade, uma vez que congrega o linguístico e o extralinguístico.

É importante não confundirmos o nome dos municípios alagoanos com o objeto real, ou seja, com as municipalidades propriamente ditas, em outras palavras “o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador”. (CARVALHINHOS, 2009, p. 83)

Logo, neste artigo, não buscamos refletir sobre o local nomeado, mas a relação simbólica existente entre língua/mundo uma vez que os topônimos são representações semânticas intencionais e podem revelar traços culturais da memória e da identidade de um povo mediante as particularidades cristalizadas em nomes de acidentes físicos e humanos. Nas palavras de Dick (1990, p. 365), “identificar acidentes geográficos, significando, é, sem dúvida, a primeira qualidade que se infere do signo toponímico”. Dessa forma, os topônimos são veículos de cultura, marcam influências, usos e costumes, atitudes, tradições e falares.

2. O léxico toponímico: os antropotônimos e axiotopônimos

O léxico toponímico pode ser compreendido:

Como as unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobre-naturais que são ressemantizadas com o fim precípuo de nomear um lugar. (ISQUERDO, 2012, p. 116)

Esse léxico não se consiste em um rol passivo de nomes de lugares, mas em um “indicador línguo-cultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, meio ambiente e cultura” (MELO, 2013, p. 162). Com efeito, as alterações de ordem biossocial podem ter condicionado e/ou influenciado o surgimento, a permanência e/ou a mudança de topônimos em Alagoas.

Nesse sentido, o nomeador é um sujeito situado social e historicamente e os nomes referenciais de lugares remetem ao comportamento do ser humano, em um determinado contexto sociocultural, às marcas que permanecem firmadas nos locativos mesmo quando a motivação toponímica, provenientes das práticas de nomeação, não mais existe. Eles adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear lugares.

No caso da toponímia alagoana em decorrência do processo de povoamento e colonização ao qual o estado foi submetido, há grandes contrastes e diferenças diatópicas e diafrásticas, sua distribuição toponímica deve-se em particular ao início da formação do estado de Alagoas, compondo dessa forma uma rede de relações toponímicas em seu léxico.

Esse vínculo antroponímico em Alagoas é permeado por relações de poder, de posse, de identidade de domínio territorial de determinados

grupos de prestígio socioeconômico alagoano, consubstanciado no signo toponímico e no conteúdo simbolizado por ele a ser interpretado pela comunidade.

Nessa acepção, o elo entre o linguístico e o cultural fica evidente quando identificamos antropotopônimos e axiotopônimos, refletindo relações associativas, por meio de motivações antropoculturais, entre denominador e cidades alagoanas a serem denominadas com a finalidade de homenagear personalidades em Alagoas, seguidas ou não de seus títulos, representadas nestes nomes próprios individuais que são atribuídos aos municípios.

Estes topônimos fazem parte de um vocabulário linguístico histórico, neles podemos encontrar informações que se inter-relacionam com a toponímia e a cultura, pois é por meio da língua que dados são fornecidos para que se possa recuperar a realidade sócio-histórico-cultural de um povo.

Ao tratar sobre o ato de nomear lugares, Ramos & Bastos (2010, p. 91) afirmam:

É notório que a preferência em nomear os logradouros com nomes de políticos e pessoas abastadas, de famílias tradicionais, está claramente ligada à detenção de poder, isto é, quem possui destaque na cidade é aquele que está de acordo com os padrões do poder político, econômico e religioso e isso é transposto culturalmente.

Isso sugere que dados valores da vida cotidiana como os linguísticos, os étnicos, os sociais, os culturais, entre outros, de um dado grupo se imprimem nos topônimos e sua escolha para nomear um município alagoano perpassa pela convergência destes traços determinantes internos e externos.

3. *Análise e resultados*

Doravante, serão apresentadas as análises dos topônimos aqui estudados. O *corpus* lexical foi constituído por treze nomes próprios individuais identificadores de municípios alagoanos levantados a partir de consulta bibliográfica junto ao banco de dados do IBGE (2010) pela internet, como também, pesquisa documental realizada em documentos oficiais do governo brasileiro, no âmbito local e nacional, que tratavam sobre os municípios do estado de Alagoas.

Os antropotopônimos e axiotopônimos serão apresentados em fichas lexicográfico-toponímicas adaptadas do modelo de Dick (1990). Distribuídos conforme as mesorregiões nas quais designam municípios alagoanos e analisados, quanto à forma, numa perspectiva sincrônica.

3.1. Mesorregião do Agreste Alagoano

Na mesorregião do Agreste Alagoano, registramos quatro antropotopônimos. A saber: (01) Paulo Jacinto, (02) Coité do Nóia, (03) Girau do Ponciano e (04) Minador do Negrão na função onomástica de nomear de municípios.

3.1.1. Paulo Jacinto

Localização: mesorregião do Agreste Alagoano; microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Paulo Jacinto; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem latina: *paulus*, *-i* ‘pouco, pequeno’ + *sm. hyacinticus*, ‘pedra preciosa’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *paul-* + morfema classificatório vogal temática *-o* + morfema lexical *jancit-* + morfema classificatório vogal temática *-o*

Informações Enciclopédicas: Dois aglomerados humanos iniciais, estabelecidos na região, eram chamados pelas respectivas denominações de Lourenço de Cima e Lourenço de Baixo. O primeiro teve origem em uma capela erigida pelo proprietário, Antônio de Souza Barbosa, em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Nem ele nem Lourenço Veiga, pioneiros que deram grande impulso ao povoado, foram escolhidos para dar nome à cidade. Anos depois, já no regime republicano, a localidade passou a chamar Paulo Jacinto, por sugestão da direção da *Great Western*, em homenagem a Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

No campo toponomástico, observamos que, no caso (01), a motivação de natureza antropocultural prevaleceu, ao longo dos anos, no ato de nomear esse município. Primeiramente com os antropotopônimos de Lourenço de Cima e Lourenço de Baixo e posteriormente substituído pelo nome próprio individual atual Paulo Jacinto.

Nesta dinâmica toponímica, temos um caso de substituição sistêmica por imposição do poder econômico, neste caso representado pela direção da empresa *Great Western* como fator condicionante nesta mudança, como forma de homenagear a figura de Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

3.1.2. *Coité do Nóia*

Localização: mesorregião do Agreste Alagoano; microrregião de Arapiraca

Topônimo: Coité do Nóia; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem indígena tupi: *kuieté* 'cuia feita de coco cortado ao meio' + prep. lat. *de* + *noia* (não identificado)

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *Coite* (nome atemático) + forma dependente *de* + *o* = *do* + morfema lexical *noi-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: Os pioneiros do lugar pertenciam à família Nóia e lá havia pequenas árvores que dão fruto, o coité, o qual, aberto ao meio, é usado como cuia para beber água, medir farinha ou outros cereais. O povo colhia os frutos na propriedade dos Nóia, popularizando assim a localidade com tal denominação. A família Nóia, pioneira daquela região, era proprietária das primeiras quatro casas que lá existiam, pelos idos de 1880, conforme depoimento do mais antigo morador da cidade. Manoel Jô da Costa, oriundo de Limoeiro de Anadia, fixou-se naquela área pouco tempo depois, dedicando-se à agricultura e à atividade pastoril. Um intercâmbio maior entre o povoado e as cidades vizinhas, proporcionado pela abertura de novas estradas, contribuiu decisivamente para que Coité do Nóia passasse a ocupar lugar de destaque na região. Tal fato determinou a sua elevação à categoria de município autônomo, através da Lei nº 2.616, datada de 21 de agosto de 1963. Desmembrado de Limoeiro de Anadia, teve sua instalação oficial em 24 de setembro de 1963.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

3.1.3. *Girau do Ponciano*

Localização: mesorregião do Agreste Alagoano; microrregião de Arapiraca

Topônimo: Girau do Ponciano; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto greco-latino de origem lat.: *gyrus* derivado de giro 'significa tipo de armadilha para caça de animais' + prep. lat. *de* do greg. *poncio*.

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *gi-rau* (nome atemático) + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *por-ci-* + morfema derivacional *-ano*

Informações Enciclopédicas: Um dos primeiros proprietários do lugar chamava-se Ponciano. Ele para facilitar sua atividade de caçador construiu um jirau, pequena armação de madeira onde ficavam os animais abatidos. Daí o antropotopônimo Girau do Ponciano. Sendo assim, o designativo do povoamento se deve a um caçador de nome Ponciano que, junto com dois companheiros, instalou um jirau para suas caçadas, aproveitando a caça abundante na região. Logo se fundou a primeira propriedade. Foi rápido o progresso de Belo Horizonte, primeiro nome do lugarejo. Pelo decreto-lei estadual nº 2909, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Belo Horizonte passou a denominar-se Ponciano. Elevado à categoria de município com a denominação Girau do Ponciano pela lei estadual nº 2101, de 15 de julho de 1958, desmembrado de Traipu

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

3.1.4. Minador do Negrão

Localização: mesorregião do Agreste Alagoano; microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Minador do Negrão; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: do francês *mine*, ‘fonte, manancial de riqueza’ + prep. lat. *de* + adj. lat. *niger, nigra, nigrum*, ‘preto’.

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *min-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema derivacional *-dor* + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *negr-* + morfema derivacional *-ão*

Informações Enciclopédicas: o nome Minador do Negrão teve origem no fato de existir na propriedade de Félix Negrão, considerado o fundador da cidade, uma fonte de água cristalina de ótima qualidade e grande potencial. O município deve sua criação e povoamento a uma fazenda de gado que fora instalada em 1936 por Félix de Souza Negrão. É bem verdade que antes dessa época, já deveriam existir moradores em regiões próximas. Em 1940 foi criada uma feira livre, onde pessoas e comerciantes de outras regiões vinham para comprar e negociar. Em 1950 foi elevada à condição de vila, já que o progresso da povoação que ali se formava era uma constante. Sempre pertenceu a Palmeira dos Índios, de onde foi emancipado. Tornou-se município através da Lei nº 2470 de 27 de agosto de 1962, ocorrendo sua instalação oficial a 9 de setembro do mesmo ano, com o território formado por apenas um distrito, o da sede, situação que ainda hoje perdura.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Nos casos (02), (03) e (04), temos antropotopônimos formados por estruturas mórficas compostas de maneira mediata diferentemente do caso (01), ou seja, composição com auxílio de conectivo. Nesses sintagmas toponímicos, o segundo elemento exerce uma função restritiva.

Eles são constituídos por sobrenomes de família, homenageando donos de terras que tinham ligação com o local a ser nomeado, valorizando um sentimento de pertença dessas famílias em relação ao lugar.

Acreditamos que esses antropotopônimos refletem a forma encontrada pelos denominadores para distinguir famílias tradicionais da região. Sendo assim, consiste em uma prática que está claramente ligada à detenção de poder econômico, na qual nomeador deseja reverenciar alguém representativo do poder econômico em uma destas localidades ao longo do tempo, sendo o nome o meio utilizado para perpetuar tal ato.

3.2. Mesorregião do Leste Alagoano

Na mesorregião do Leste Alagoano, registramos cinco antropotopônimos e 1 (um) axiotopônimo. A saber: (05) Marechal Deodoro, (06) Colônia Leopoldina, (07) Joaquim Gomes, (08) Teotônio Vilela e (09) Atalaia, na função onomástica de nomear de municípios.

3.2.1. *Marechal Deodoro*

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de Maceió

Topônimo: Marechal Deodoro, **Taxionomia:** Axiotopônimo

Etimologia: do francês. *maréchal*, ‘posto superior no exército’ + do lat. Deo, ‘Deus’.

Estrutura Morfológica: elemento específico híbrido: morfema lexical *marechal* (nome atemático) + morfema lexical *deodor-* + morfema classificatório vogal temática *-o*

Informações Enciclopédicas: A cidade de Marechal Deodoro é um dos sítios históricos mais importantes de Alagoas. Em 1591, já estava consolidado o seu núcleo urbano inicial, conquistado dos Caetés. Foi a primeira capital de Estado. O nome da cidade é uma homenagem ao proclamador da República brasileira Marechal Deodoro da Fonseca. Após a instalação do novo regime, em 15 de novembro de 1889, a velha Alagoas passou a ter a atual denominação. Antes era conhecida como Vila da Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, ou simplesmente, Madalena. O município foi criado em 1636, em 1817 passou a capital da capitania de Alagoas, criada nesse ano, sendo o nome da vila alterado para Alagoas. Em 1823 foi elevada a cidade. A capital da provín-

cia de Alagoas passou para Maceió em 1839. O nome da cidade foi alterado para o atual antropotônimo no ano de 1939. Em 16 de setembro de 2006, dia da emancipação política de Alagoas, foi considerada pelo Ministério da Cultura como Patrimônio Histórico Nacional.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (05), temos um axiotopônimo designando um município da microrregião de Maceió. Esse designativo municipal revela a materialização de um discurso de nacionalidade, sócio-historicamente constitutivo, no qual sua escolha está intrinsecamente ligada ao proclamador da República brasileira Marechal Deodoro da Fonseca um militar de alta patente alagoano e afinado em função de interesses de uma dada classe social.

3.2.2. Colônia Leopoldina

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Colônia Leopoldina. **Taxionomia:** Antropotônimo

Etimologia: composto latino de *colonia*, *-ae* ‘grupo de migrante, possessão, domínio’. + *leopoldina*, *-ae*.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *coloni-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema lexical *leopoldina*

Informações Enciclopédicas: Nasceu com a criação, pelo Governo Imperial, de uma colônia militar, em 20 de fevereiro de 1852, para combater os remanescentes dos revoltosos cabanos e papa-méis, instalados na densa mata do território que ia de Maragogi a Porto Calvo. A derrota dos rebeldes terminou com o posto militar avançado, em 1867, mas o povoado que se havia formado em torno dele, consolidou-se. O Imperador D. Pedro II visitou o lugar em 1860. Em vista disso, a antiga colônia homenageou a Imperatriz Dona Leopoldina, mãe do monarca. A Lei 372, de 1861, criou o distrito de Leopoldina e uma outra lei, em 1901, elevou-o à vila e depois município. Isso contribuiu para que a antiga colônia voltasse a progredir. Em 1923, passou à condição de cidade.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (06), temos um dos raros casos de registro de antropônimo feminino: Colônia Leopoldina no léxico toponímico municipal do estado de Alagoas em homenagem à Imperatriz Dona Leopoldina, mãe de D. Pedro II.

É relevante destacarmos que, quanto à categoria de gênero, os antropotopônimos masculinos são bem mais produtivos lexicalmente do que os nomes individuais femininos. Atestando a presença de um discurso de natureza ideológica machista materializado no léxico da língua.

Atribuímos essa fecundidade linguística ao fato de as mulheres, historicamente, não exerciam atividades de destaque na sociedade, uma vez que durante séculos a sociedade brasileira seguiu um sistema patriarcal.

3.2.3. Joaquim Gomes

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Joaquim Gomes; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem hebraico: *Yhoyaquim* ‘o que Deus elevou’, + *Gomos oriús* ‘o homem de guerra’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *joaquim* (nome atemático) + morfema lexical *gomes*

Informações Enciclopédicas: Anteriormente, era uma pequena aldeia Urupê, chamada pelos índios de Urucum, que é o fruto do urucuzeiro uma substância que se extrai da polpa desse arbusto e é empregada na fabricação do colorau. O município de Joaquim Gomes tem suas origens históricas ao engenho São Salvador, de propriedade de José Correia de Araújo Barros. Em 1900, Araújo Barros faleceu. Por razões de problemas financeiros que envolveram os seus negócios a sua propriedade ficou alienada a seu genro, Joaquim Gomes da Silva Rego, que tinha a patente de major da Guarda Nacional, resolveu tomar a frente dos negócios da família e adquiriu do banco credor a propriedade então alienada. Graças ao espírito empreendedor de Joaquim Gomes, o local alcançou notável prosperidade. A Pequena vila que se formou viveu uma fase de grande desenvolvimento tal fato ensejou o surgimento de movimentos para conseguir sua emancipação política.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (07), temos um antropotopônimo designando um município da microrregião de Mata Alagoana, localizada na mesorregião do Leste Alagoano. Sua motivação está ligada à figura Joaquim Gomes da Silva Rego um militar de patente de major da Guarda Nacional.

3.2.4. *Teotônio Vilela*

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de São Miguel dos Campos

Topônimo: Teotônio Vilela; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem latina: *teotoni*us, -i + *vilela*, -ae

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *teotônio* + *vilela*

Informações Enciclopédicas: Antiga Feira Nova, o povoado começou a ser formado na década de 50 do século XX em função de uma ponte construída sobre o Rio Coruripe, nas imediações do Engenho São Mateus, propriedade do senhor Samuel Pereira Sampaio. À época, fazia parte do município de Junqueiro. No início da década de 70, o empresário Teotônio Vilela comprou parte da propriedade. A partir daí, a povoação cresceu e passou a atrair novos moradores. Em suas terras se localiza a Usina Seresta, empresa de propriedade da família Vilela. Quando do falecimento de Teotônio Vilela, seu nome foi dado ao município, uma homenagem à sua condição de destacado porta-voz das aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil, fato que apressou o fim do regime militar instaurado em 1964. Teotônio Vilela recebeu o epíteto de “Menestrel das Alagoas”. Em 1982, a vila elegeu três vereadores, que começaram de imediato o movimento pela autonomia. Através de plebiscito, Feira Nova decidiu pela emancipação política, com o nome alterado para Teotônio Vilela. O município foi criado em 1986. Somente em novembro de 1988.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Nos casos (07) e (08), temos antropotopônimos formados por justaposição, nos quais o segundo elemento linguístico se une ao primeiro de forma imediata, ou seja, sem o auxílio da preposição.

Esses antropotopônimos mostram o elo do poder político-econômico presente no ato de nomear municípios em Alagoas, no caso (7) sua escolha homenageia Joaquim Gomes que era empresário e tinha a patente de major da Guarda Nacional, fazendo parte de uma classe social de destaque. Já no caso (8), homenageia o empresário-usineiro e político Teotônio Vilela, figura de destaque nas aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil.

Essas marcas político-econômicas impressas nestes topônimos atribuídos a municípios em Alagoas geram informações que são imprescindíveis à compreensão da realidade sociocultural alagoana.

3.2.5. *Atalaia*

Localização: mesorregião do Leste Alagoano; microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Atalaia; **Taxionomia:** Antropotônimo

Etimologia: Do árabe *at-talla* 'a(t)' 'lugar alto'

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *atalaia*

Informações Enciclopédicas: Tendo tido como primeiro nome Arraial dos Palmares. Em 1764, o atual topônimo do município foi dado por D. José I, em homenagem, provavelmente ao Visconde de Atalaia, fidalgo português muito amigo de D. José I. A ocupação das terras onde hoje situa-se o município iniciou-se por volta de 1692 por Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista contratado pelo então Governador da Província de Pernambuco Fernão de Souza Carrilho para destruir o Quilombo dos Palmares. Apesar do crescimento da povoação, o Arraial dos Palmares não era reconhecido pelas autoridades. Somente em 12 de março de 1701, o Governador da Província de Pernambuco recebe Carta Régia determinando a criação oficial do arraial, porém com o nome de Arraial de Nossa Senhora das Brotas. No entanto, este nome não caiu no gosto dos habitantes, permanecendo os habitantes utilizando a denominação Arraial dos Palmares. Somente em 1716, os filhos e a esposa de Domingos Jorge Velho recebem o decreto que doa a sesmaria onde hoje localiza-se Atalaia, como recompensa pela destruição dos Palmares. D. José I atendendo em parte às reivindicações da população, elevou o Arraial dos Palmares à categoria de vila, porém, com o nome de Vila de Atalaia, em homenagem ao Conde de Atalaia, seu amigo particular. Este decreto data de 1 de fevereiro de 1764, considerada a data de sua fundação.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (09), temos o único antropotônimo formado por estrutura mórfica simples, isto é, apenas um morfema lexical em sua constituição formal registrado no recorte do léxico toponímico municipal alagoano aqui analisado.

Esse nome próprio foi dado em homenagem ao Visconde de Atalaia, fidalgo português muito amigo de D. José I. Revelando assim, um modelo de sociedade do capital. Na qual o denominador, por meio da língua, procura impor através da atividade linguística uma demarcação expressiva de prestígio socioeconômico em Alagoas, consubstanciado no signo toponímico.

3.3. Mesorregião do Sertão Alagoano

Na mesorregião do Sertão Alagoano, registramos quatro antropotônimos. A saber: (10) Delmiro Gouveia; (11) Olho D'água do Casado, (12) Monteirópolis e (13) Major Isidoro na função onomástica de nomear de municípios.

3.3.1. Delmiro Gouveia

Localização: mesorregião do Sertão Alagoano; microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco

Topônimo: Delmiro Gouveia; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *delmiro* + *gouveia*.

Informações Enciclopédicas: O nome do município é uma homenagem à figura do empreendedor Delmiro Gouveia, que no início do século XX desbravou o território inóspito, trazendo o progresso para a região com suas atividades comerciais e industriais e a instalação de uma vila operária. Foi o responsável, também, pela implantação no local da primeira hidrelétrica da América do Sul. Antes do antropotônimo Delmiro Gouveia, o lugar chamava-se Pedra, devido à grande quantidade desse mineral no solo da região. O povoado se constituiu a partir de uma estação da estrada de ferro da então *Great-Western*. As terras do atual município de Delmiro Gouveia, somadas às de Mata Grande, Piranhas e Água Branca, faziam parte das sesmarias que foram levadas a leilão, em Recife, no ano de 1769. Em 1º de novembro de 1938, o decreto-lei 846 criou o distrito com o nome Pedra. Foi denominado de Delmiro Gouveia posteriormente, em consequência do Decreto nº 2.909, de 30 de dezembro de 1943. Desmembrado de Pão de Açúcar, conseguiu sua emancipação política quando foi criado o município pela Lei 1.623, de 16 de junho de 1952, tendo sido instalado apenas em 14 de fevereiro de 1954.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (10), temos o antropotônimo Delmiro Gouveia, designando um município da microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco.

Essa unidade lexical se reveste de função onomástica e passa de signo linguístico a toponímico, designando um acidente humano. Em outras palavras, passa do significado lexical para o significado onomástico marcado pelas relações sócio-políticas e ideológicas da região. Estabelecendo uma relação simbólica entre produtividade econômica e uma per-

sonalidade socioeconomicamente de destaque em Alagoas como fator condicionante à motivação toponímica.

3.3.2. *Olho d'Água do Casado*

Localização: mesorregião do Sertão Alagoano; microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco

Topônimo: Olho D'água do Casado; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina: *oculus*, -i 'olho'+ prep. *de* + *aqua*, -ae 'água' + prep. *de* + *casa*, -ae 'morada'.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *olh-* + morfema classificatório vogal temática -o + forma dependente *d'* (forma apocopada) + morfema lexical *aqu-* + morfema classificatório vogal temática -a + forma dependente *de* + *o* = *do* + morfema lexical *cas-* + morfema derivacional -ado

Informações Enciclopédicas: Em 1877, por ocasião da construção do ramal ferroviário da *Great Western*, os trabalhadores montaram o acampamento próximo ao lugar onde havia nascentes e onde buscavam água. Como aquelas terras pertenciam à propriedade do Sr. Francisco Casado de Melo, deram-lhe o nome de Olho d'Água do Casado. Até 1870, só existia na região a fazenda do referido agricultor. Com o progresso veio o movimento pela emancipação. Em 1962, Olho D'água do Casado se tornou município, através da Lei 2.459, desmembrado de Piranhas. Sede no atual distrito de Olho D'Água do Casado ex-Olhos da Água Casado. Constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Ratificação da Grafia Olhos D'Água do Casado para Olho D'Água do Casado alterado, pela lei estadual nº 2962, de 22-08-1962

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (11), temos mais uma forma parental nomeando município alagoano, homenageando uma personalidade local de destaque Francisco Casado de Melo por meio do seu sobrenome de família. Representando, por meio do topônimo, um discurso de pertença materializado no antropotopônimo em relação ao lugar nomeado.

3.3.3. *Monteirópolis*

Localização: mesorregião do Sertão Alagoano; microrregião de Batalha

Topônimo: Monteirópolis; **Taxionomia:** Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem greco-latino, do lat. *mons* 'monte' + do gr. *πόλις*, *pólis* 'cidade'

Estrutura Morfológica: elemento específico híbrido: morfema lexical *mont-* + morfema derivacional *-eiro* + morfema lexical *polis*

Informações Enciclopédicas: Antes de denominar-se Monteirópolis, o local era conhecido como Guaribas, palavra de origem tupi que serve para designar certo gênero de macaco da América ou uma espécie de periquito. Monteirópolis foi um nome escolhido para homenagear um de seus grandes benfeitores e fundador. Por volta de 1870, os únicos moradores da região eram José Domingos Monteiro, Antônio Prudente, Pacífico de Albuquerque, Manoel Mingote e Manoel Antônio Barbosa. São eles considerados os primeiros habitantes e, conseqüentemente, os fundadores. O desenvolvimento de Monteirópolis somente alcançou fase áurea após 1902 com a chegada de novos habitantes. Foi devido ao progresso pelo qual estava atravessando a povoação que os homens responsáveis pela comunidade iniciaram a luta pela sua emancipação política. A Lei nº 2.250, de 15 de junho de 1960, concedeu autonomia administrativa a Guaribas, mudando-lhe o nome para Monteirópolis, com o território desmembrado de Pão de Açúcar. A instalação oficial do município ocorreu em 13 de agosto do mesmo ano.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (12), temos um antropotopônimo nomeando um município na microrregião de Batalha, homenageando um de seus fundadores José Domingos Monteiro. Mais uma vez ocorre a materialização de um discurso de pertença refletida no signo toponímico por meio de relação associativa feita pelo denominador, estabelecendo assim um vínculo de identidade entre o termo escolhido e o lugar nomeado.

3.3.4. Major Isidoro

Localização: mesorregião do Sertão Alagoano; microrregião de Batalha

Topônimo: Major Isidoro; **Taxionomia:** Axiotopônimo

Etimologia: Composto latino: *major*, *-oris* ‘comparativo regular de grande; ‘militar entre capitão e tenente-coronel’ + *izare* ‘com sentido fictício’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *major* (nome atemático) + *Isidoro*

Informações Enciclopédicas: Antigo distrito de Sertãozinho, o município recebeu o seu atual nome em homenagem ao Major Isidoro Jerônimo da Rocha, fundador do povoado. A colonização começou quando Antônio Jerônimo da Rocha comprou uma propriedade na região e se instalou com a sua família. Dos filhos, apenas Isidoro manteve os negócios do pai, que era conhecido como patriarca de Sertãozinho nome de uma de suas fazendas. Isidoro lutou insistentemente pela emancipação. Em 1920, conseguiu que o Poder Legislativo, através da Lei nº 946, autorizasse o governo a elevar Sertãozinho a município. O governador não aceitou e manteve a área como distrito. Só em 1949 foi concebida a emancipação, desmembrando Sertãozinho dos municí-

pios de Batalha, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios. Nessa época, Isidoro já estava morto, mas os moradores decidiram fazer-lhe a homenagem, dando seu nome à cidade.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br>

Neste caso (13), temos um axiotopônimo designando um município da microrregião de Batalha. Esse designativo revela, mais uma vez, a materialização de um discurso de pertença, oriundo de relações associativas entre denominador e localidade a ser denominada, no qual sua escolha está intrinsecamente ligada em homenagem ao major Isidoro Jerônimo da Rocha, fundador do povoado.

4. Considerações finais

Iniciamos estas considerações finais, enfatizando que é impossível abstrairmos a análise antroponímica das relações de poder. Dessa forma, o presente artigo revela o quanto os nomes próprios de lugares, enquanto objeto simbólico, produzem efeitos de sentidos e são investidos de significância para os sujeitos e pelos sujeitos.

Com efeito, este recorte lexical compreendido, então, como um cenário línguo-cultural, evidencia a inter-relação que se estabelece entre léxico toponímico e marcas socioculturais impressas nos topônimos.

Nesse sentido, os antropotopônimos e axiotopônimos municipais alagoanos não são usados apenas com a função identificadora, mas sobretudo como elemento pragmático de organização social e espacial de demarcação de grupos dominantes e, geralmente dirigentes, de uma dada estrutura dominante de poder do Estado na tentativa de cristalização semântica de um poder local através da atividade linguística materializado no léxico por meio do signo toponímico.

Nos casos dos antropotopônimos, pela homenagem a personalidades detentores do poder político-econômico secular em Alagoas formadoras do pensamento político e cultural, geralmente integrantes da classe dominante, e no caso dos axiotopônimos, pela escolha de nomes próprios individuais de personalidades de relevo dessa mesma classe social, representantes da hegemonia burguesa, seguida de seus respectivos títulos de patente militar.

Estas representações semânticas intencionais estão ligadas às das motivações e revelam traços socioculturais da memória e da identidade do povo alagoano mediante as particularidades consubstanciadas no

signo toponímico e no conteúdo simbolizado por ele a ser interpretado pela comunidade.

Nestes antropotopônimos e axiotopônimos, o discurso de nacionalidade, juntamente, com o discurso do memorável e de pertença, no sentido de demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio territorial estão bastante marcantes, refletindo traços da economia e da política local.

Outra questão interessante a ser observada nesta microtoponímia diz respeito à categoria de gênero. Nesse sentido, os dados aqui analisados mostraram a valorização de nomes individuais masculinos em detrimento aos femininos, expressando o pensamento vigente na sociedade, que normalmente ainda atribui à figura feminina um papel secundário em muitas instâncias da vida social, profissional e familiar.

Registramos, apenas, 1 (um) antropotopônimo feminino no léxico toponímico estudado: Colônia Leopoldina, atestando que as mulheres, geralmente, não são homenageadas com nome de municípios em Alagoas.

Finalizamos, destacando que está reflexão se torna importante à medida que poderá fornecer subsídios a futuras pesquisas sobre o léxico toponímico alagoano e, conseqüentemente à toponímia brasileira, tornando-se um instrumento precioso para a reconstituição da memória toponímica de Alagoas, viabilizando a compreensão da representação do mundo biossocial na língua. Pois, as transformações da sociedade se refletem nitidamente no seu acervo lexical, atestando que o mundo exterior está presente no linguístico, também, através do signo toponímico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico 2010*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 31-03-2014.

CARVALHINHOS, P. J. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra de memórias da rua do ouvidor de Joaquim Manuel de Macedo. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CIFE-FIL, v. 12, n. 10, p. 83-99, 2009.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. VI. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 115-139.

MELO, P. A. G de. Toponímia indígena: um estudo lexical dos nomes de municípios alagoanos de étimo tupi. *Veredas Favip*, v. 6, n. 1, p. 161-179, 2013.

RAMOS, R. T.; BASTOS, G. R. Onomástica e possibilidades de releitura da história. *Revista Augustus*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 30, 2010.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.